

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 577.693 - DF (2014/0229857-1)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : YASLENE FERREIRA DA COSTA SILVA
AGRAVANTE : WELTON ALVES DE LIMA
AGRAVANTE : ADILSON JOSÉ DE OLIVEIRA FREIRE
AGRAVANTE : ALBERTINO MARTINS NEIVA NETO
AGRAVANTE : ÁLVARO CASTRO PEREIRA
AGRAVANTE : FERNANDA ROSA RIBEIRO FREIRE
AGRAVANTE : ANA CÉLIA E SILVA MENESES
AGRAVANTE : ANA KALLYNE RODRIGUES DANTAS SOARES
AGRAVANTE : ANA RÉGYA LÉLIS LEAL
AGRAVANTE : ANA CLÁUDIA TELES CARVALHO BOAVISTA
ADVOGADOS : CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO FILHO - DF006534
ERICO BOMFIM DE CARVALHO E OUTRO(S) - DF018598
RENATA FERNANDES HANONES CARPANEDA E OUTRO(S) - DF039487
AGRAVADO : UNIÃO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. OFENSA AO ART. 535, II, DO CPC/1973. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. VPI INSTITUÍDA PELA LEI Nº 10.698/03. REAJUSTE GERAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS. INOCORRÊNCIA. AUMENTO DE 13,23%. INVIABILIDADE. JURISPRUDÊNCIA DO STF E DO STJ. ARE 1.208.032/DF, JULGADO COM REPERCUSSÃO GERAL. PUIL Nº 60/RN. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Segundo já consignado na decisão ora agravada, a matéria foi integralmente apreciada pelo Tribunal de origem, de forma fundamentada, sendo desnecessária a análise de todas as teses invocadas pelas partes. Logo, não restou caracterizada a alegada negativa de prestação jurisdicional, inexistindo omissão no julgado.
2. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e desta Corte Superior pacificou-se pela inexistência do direito ao reajuste geral de 13,23% aos servidores públicos federais com base na Lei nº 10.698/03.
3. Referida matéria foi definitivamente apreciada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do ARE nº 1.208.032/DF, com repercussão geral, julgado pelo Plenário Virtual em 30/08/2019, cujo acórdão foi publicado em 26/09/2019.
4. De igual forma, o entendimento desta Corte Superior sobre o tema também foi reafirmado no PUIL nº 60/RN, julgado pela Primeira Seção em 11/09/2019, cujo acórdão foi publicado em 11/10/2019.
5. Agravo interno não provido.

Superior Tribunal de Justiça

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento:

"A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."

Os Srs. Ministros Herman Benjamin e Og Fernandes votaram com o Sr. Ministro Relator.

Impedida a Sra. Ministra Assusete Magalhães.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.



MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator